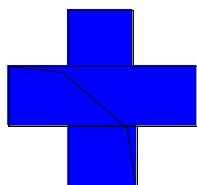
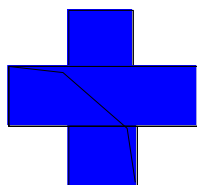


1 No dia 03 de junho de 2021, às 14h30min, em segunda chamada com 16 Conselheiros presentes via
2 webconferência iniciou a Reunião Ordinária do CESMT. Vice-presidente inicia a Reunião e coloca
3 em votação a ata da Reunião Ordinária do mês de maio/2021. Aprovada por unanimidade.
4 Expediente relevante. A secretária reforça o convite para a participação dos Conselheiros no Curso
5 Qualificação para Gestão do SUS oferecido pela ESP/SES, diz que a inscrição foi prorrogada e que
6 será de forma virtual. Também informa sobre o Curso de capacitação de Conselheiros e agentes
7 sócias que é a continuidade de um projeto iniciado em 2018 e que com a pandemia não foi possível
8 realizar em 2020. Diz que é uma parceria do CES com CNS, e no dia 09 de junho haverá uma
9 oficina online e que os interessados devem procurar a área técnica da Secretaria Geral para a
10 inscrição. **Representante do CES no grupo Estadual de expansão do Planifica SUS-**
11 **Memorando da Coordenadora da Gestão de atenção primária. Cons. Cleide Anzil - titular e**
12 **Antonio Lemos – suplente DEFINIDO POR UNANIMIDADE A REPRESENTATIVIDADE;**
13 Informa também representante para a Comissão de ética e pesquisas da ESP. (SEM
14 MANIFESTAÇÃO). Cons. Carlos Bazan solicita a retirada da pauta sobre apresentação do RAG
15 pauta 4.5; Inclusão de pauta do Cons. José Carlos Bazan solicita a inclusão no sistema Digisus
16 (definido junto com pauta de composição das comissões pauta 4.2). Pauta 4.1 – referente a
17 definição do retorno das reuniões de forma presencial do Pleno do CES. Após discussões coloca-se
18 em votação a proposta Conselheiras Leila Boabaid e Ana Atala e Cássia Palos defendem a
19 continuidade de reunião online considerando a situação atual ainda da pandemia. Cons. Edvande
20 propõe o retorno presencial. Proposta de manter reunião online do CESMT, sem nenhuma
21 abstenção nem voto contrário, fica aprovada a manutenção de reunião virtual do CESMT. **Pauta 4.2**
22 **Composição das Comissões do CES. Concedida a fala para a Secretaria Executiva Lúcia Almeida -**
23 **reforça que conforme aprovado pelo Pleno a planilha é enviada para a análise e manifestação dos**
24 **Conselheiros no Pleno para a inclusão dos nomes. Informa que o Conselheiro Pedro Reis se propões**
25 **para compor a mesa diretora e Carlos Bazan para representar o CES no Vigisus. Reforça que é**
26 **extremamente importante compor as comissões para que tenha a melhor atuação do CES. Cons.**
27 **Cassia Palos reforça que não pode permanecer na comissão de Recursos Humanos e Saúde do**
28 **Trabalhador. Cassia Palos diz que irá verificar a possibilidade de compor o Conselho de Ética e**



29 pesquisa da ESP na UFMT e informar posteriormente na reunião do mês de julho. Em votação as
30 propostas acima. **Aprovadas por unanimidade.** 4.3 – Apresentação, discussão e deliberação
31 referente ao estudo de genoma pelo LACEN -





CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



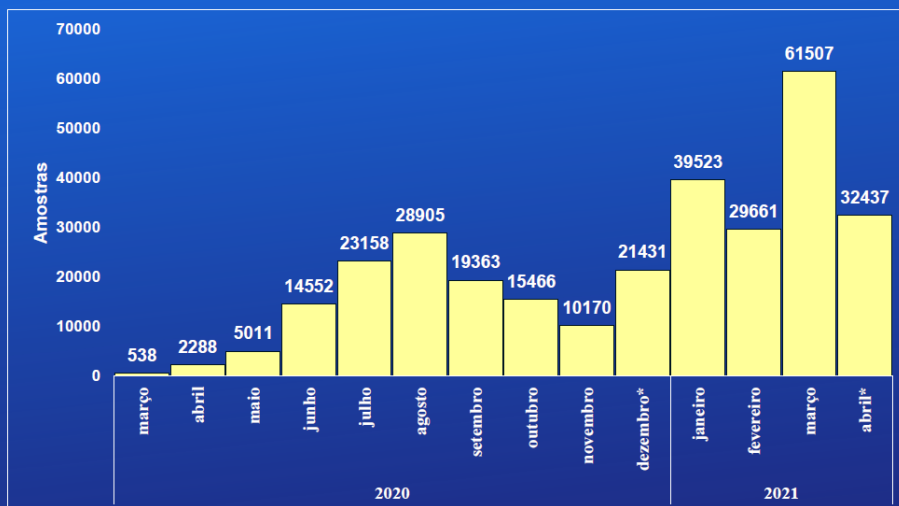
Capacidade do LACEN-MT

A capacidade total atual do LACEN-MT, para processamento de amostra de COVID-19 pelo método RT-PCR:

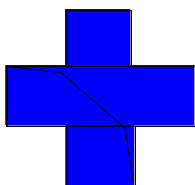
- **4.000 amostras/dia;**
- **24 horas em regime de plantão – 7 dias/semana;**

33

Histórico de recebimento e processamento de amostras



34



Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

3

Amostras Analisadas

- **314.343** - Amostras analisadas – RT-PCR;
- **Atendendo os 131 municípios do Estado.**

35

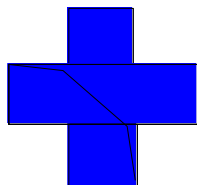
Distribuição de insumos de coleta para os municípios

O Ministério da Saúde disponibilizou material (Swabs e tubos) de coleta amostra para realização de exames na metodologia RT-PCR aos municípios frente a pandemia COVID-19 – MT, em quatro etapas;
Sendo pactuada em CIB tanto os critérios de divisão quanto o formato de distribuição entre os 141 municípios do estado de Mato Grosso.

- **33 Municípios que ainda NÃO retiram material;**

**Sendo 05 municípios das três primeiras etapas/2020
e 28 municípios da quarta etapa/2021.**

36





CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



Vigilância Genômica

Foram sequenciadas 52 amostras de pacientes notificados no Sistema IndicaSUS formulário internação, através do projeto de vigilância do SARS-COV-2 no Brasil.

ViGeCoV2: Núcleo de vigilância genômica em tempo real do SARS-CoV-2 no Brasil

Coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Júnior Alcantara.

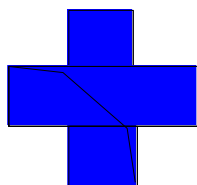
37

ID	Município	Amostras
1	Aripuanã	1
2	Barra do Garças	1
3	Cáceres	5
4	Campo Novo dos Parecis	4
5	Chapada dos Guimarães	1
6	Comodoro	1
7	Cuiabá	13
8	Curvelândia	1
9	Feliz Natal	1
10	Indiavaí	1
11	Jangada	1
12	Marcelândia	1
13	N. S. Livramento	1
14	Nobres	1
15	Nova Lacerda	1
16	Nova Olímpia	1
17	Pontes e Lacerda	5
18	Poconé	1
19	São José Quatro Marcos	1
20	Tangará da Serra	2
21	Tapurah	1
22	Várzea Grande	6
23	Vila B. S. Trindade	1
Total		52

A seleção dessas amostras obedeceu o seguintes critérios:

- ✓ Pessoas internadas em UTI;
- ✓ Sem comorbidades;
- ✓ E resultados por RT-PCR de 01/01/2021 a 10/03/2021 com amostras no Lacen e com CT abaixo de 30.

38



Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

5



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



Resultados Preliminares:

- P1 – 25 amostras
- P2 – 4 amostras
- N9 – 3 amostras
- B1.1.28 – 8 amostras
- B1.1.33 – 4 amostras

Linhagem	Município de Residência
P.1	Pontes e Lacerda, Cáceres, CN Parecis, Tangará da Serra, Cuiabá, Comodoro, Barra do Garças, Várzea Grande, Marcelândia, Chapada dos Guimarães.
P.2	Curvelândia, Jangada, V. Grande, Feliz Natal
N.9	N. S. Livramento, Poconé, P. Lacerda
B.1.1.28	Várzea Grande, Campo N. Parecis, Cuiabá, Indiavaí, Cáceres, Tapurah
B.1.1.332	CN Parecis, Nova Olímpia, São J. Q. Marcos, Nobres
B.1.1 B.6.7 B.1.206	Aripuanã, Vila B. S. Trindade, V. Grande, Cuiabá, Nova Lacerda, Cáceres, T. Serra, Campo Novo do Parecis

39

40

Resultados:

- B1.1.28 – 8 amostras

- P.1 – 25 amostras
- P.2 – 4 amostras

- B1.1.33 – 4 amostras

- N.9 – 3 amostras

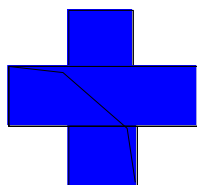
Linhagens prevalentes no Brasil desde o início da pandemia.

Variantes de preocupação internacional (VOCs)

Variante de interesse internacional (VOIs)

A mutação E484K, compartilhada pelas VOCs e VOIs P.1, P.2 e N.9 é associada a gravidade clínica diferenciada e neutralização dos anticorpos.

41



Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE



Conclusão:

- Variantes são grande ameaças;
- Estão dominando o cenário do Brasil e países da América Latina;
- Potencial de transmissão mais elevado;
- Aumento nos casos de reinfeção;
- Causar impactos no processo de vacinação.
- A vigilância genômica só é possível ser realizada se tivermos amostras de RT-PCR.

42

IMPLANTAÇÃO DA VIGILÂNCIA GENOMICA NO LACEN-MT

- ☐ Reuniões técnicas para definição de equipamento a ser adquirido;
- ☐ Elaboração de projeto para nortear as atividades relacionadas as análises;
- ☐ Elaboração de TR para aquisição de equipamentos e insumos;
- ☐ Processo em andamento.

Valores:

Equipamento: 470.500,13

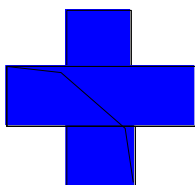
Insumos: 599.700,26 (para 500 amostras/genomas)

TOTAL: 1.070.200,39 (hum milhão, setenta mil e duzentos reais e trinta e nove centavos)

43

44 Concedida a fala para a Elaine do LACEN. Cons. a fala para o Cons. Carlos Bazan - Diz que em
45 relação ao trabalho e os processos em andamento do LACEN, diz que é preciso apoiar o LACEN no

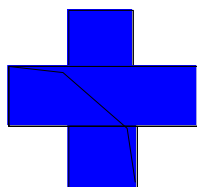
7



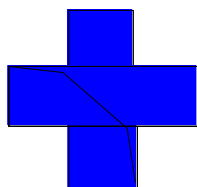
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

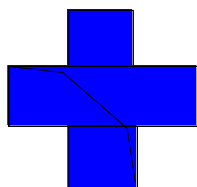
46 sentido de somar tecnologia, somar instrumentos disponibilizados e CES efetivar cobranças para
47 que todos esses tramites que o LACEN esta enfrentando sejam encaminhados e ser parceiro para
48 que consiga o mais breve possível efetivar esse o estudo do de genoma no Estado de Mato Grosso.
49 Concedida a fala para a Cons. Leila Boabaid. Cons. Leila parabeniza a equipe técnica e ao cons.
50 Carlos Bazan pela proposta da pauta. Diz que se trata de um trabalho executado a anos por
51 profissionais de excelência que atuam no LACEN e que precisa ser valorizado e apoiado.
52 Concedida a fala para a Cons. Leila Boabaid – para parabeniza a equipe do LACEN e ao cons.
53 Bazan pela pauta importantíssima. Diz que se trata de uma ação de extrema importância para o
54 Estado executado por profissionais extraordinários do LACENA que atua a muitos anos com
55 excelência. **Propõe que o Pleno delibere que a secretaria de Estado finalize o processo de**
56 **implantação de vigilância genômica do LACEN de Mato Grosso. Vice-presidente Alexandre**
57 **Henrique** – Recomendação para a SES que finalize e de condições para o processo de implantação
58 de Vigilância Genômica do LACEN de Mato Grosso. Em votação – **proposta aprovada por**
59 **unanimidade.** Discussão e deliberação Solicitação de apoio do CES sobre a distribuição de
60 absorvente nos postos de saúde – **Concedida a fala para o Cons. Francisco Chagas-** O
61 Conselheiro diz que se trata de uma matéria que o mesmo assistiu na televisão e que achou
62 pertinente solicitar o apoio do CES para que fosse realizado a distribuição de absorvente
63 gratuitamente para a população nas unidades de saúde de Mato Grosso, uma vez que há muitas
64 meninas e até mesmo mulheres que não tem condições de adquirir. **Concedida a fala Cons. para o**
65 **Edvande França** – Diz que é uma pauta importante que também acompanhou essa discussão pelo
66 senado e que sim trata-se de uma pauta importante pois é algo que contribui com muita evasão
67 escolar que no período menstrual não pode ir ao colégio por
68
69 que não tem como comprar, diz que assim como o preservativo o absorvente é algo que precisa sim
70 ser distribuído gratuitamente e pode ter o apoio do CES. **Concedida a fala para Cons. Tatiane**
71 **SISMA** - diz entender a necessidade da discussão e parabeniza a atuação do Cons. Francisco em
72 apresentar no Pleno algo que pode mudar a vida de muitas meninas, adolescentes carentes
73 principalmente, que é uma realidade de muitas famílias e que deve abranger outros órgãos como a



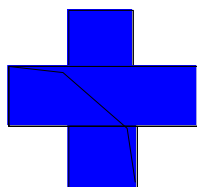
74 educação. A cons. diz que trata de uma realidade oculta que sempre existiu e que já está sendo
75 discutida por alguns deputados e que CES deve fazer parte e apoiar. **Concedida a fala para Cons.**
76 **Leila Boabaid** – Diz que é de extrema relevância a discussão e que deve ser ampliada para outras
77 secretarias como a Educação, Atenção primária dos municípios já que é uma recomendação do CES
78 para outras esferas. **Concedida a fala a Cons. Cleide Anzil** – Diz que o encaminhamento do CES
79 deve ser de recomendação para outras esferas pois trata-se de uma dispensação que ainda não existe
80 e precisa ser implantada e que a forma que ocorrerá é nas unidades de distribuição que define a
81 exemplo da distribuição de leite, fraldas entre outros que possui nas unidades responsáveis as
82 normas técnicas de distribuições. Recomendar dentro do que regulamenta a política do SUAS e da
83 Educação que cada um de acordo com a sua competência possa implantar o fornecimento de
84 absorvente gratuito para a população. **Em votação a proposta é aprovada por unanimidade.** -
85 4.5 – Apresentação, discussão e deliberação sobre o Relatório Anual de Gestão – RAG 2020
86 (retirada da pauta pelo Cons. Carlos Bazan). **Pauta 4.6 - Apresentação, discussão e deliberação**
87 **referente a Reestruturação do CES/MT** (Secretaria Geral e Ouvidoria Geral) - Comissão
88 Recursos Humanos e saúde do trabalhador e mesa diretora do CES/MT. Concedida a fala para a
89 Ouvidora Edna Marlene. Edna Marlene relata que a Ouvidoria está impossibilitada de funcionar
90 pela falta de estrutura física, tecnológica e de recursos humanos. Diz que apesar de todos os
91 relatórios da Ouvidoria do CES, encaminhados ao Pleno, SEPLAG e outros órgãos a unidade segue
92 com a precarização dos trabalhos e que a única resposta que teve foi do setor de obra e que mesmo
93 assim não atende a necessidade da Ouvidoria e diz que o setor não possui equipamentos mínimos
94 para os profissionais executarem suas atividades diárias. Diz que a equipe da Ouvidoria mediante a
95 falta de condições de trabalho propõe que mantenha o trabalho remoto de tele trabalho, já que não
96 se sabe quando será realizado a adequação de espaço. Diz que em relação a entrega de
97 computadores não possui resposta da SES e que o setor trabalha apenas com 4 computadores; Sobre
98 Resoluções do CES a Ouvidora Edna diz que não se tem resposta da SES sobre o cumprimento da
99 Resoluções do CES que tratam de assiduidade dos servidores, DGAs que deveriam ser alterados;
100 sobre o site do CES também relata a falta de informação e visibilidade da Ouvidoria, atualização
101 dos sistemas da ouvidoria, SISOUVE, fala cidadão; referente o sistema de telefonia relata que



também esta deficiente e não consegue resposta da SES; diz que sobre aquisição de telefones (celular e fixo) e por último fala sobre a ação civil publica que trata dos papéis das ouvidorias do CES e setorial de Mato Grosso. A Ouvidora Edna diz que gostaria que houvesse a ação da comissão mesa diretora e até mesmo do Pleno para que se faça cumprir pela a SES a sentença da ação civil publica do Ministério Público porque nada esta sendo cumprido e que precisa com urgência ser monitorado e cobrado pelo CES. **Concedida a fala para a Secretaria Geral Lúcia Almeida** - A Secretária informa que as demandas da Ouvidoria de todas as necessidades, bem como da Secretaria Geral do CES são encaminhadas, solicitadas conforme comprovado através dos documentos apresentados em telas, tais como: Memorando de solicitação de adequação de espaço físico da Ouvidoria, memorandos de solicitações de aquisições de equipamentos, aparelho telefônico, computadores, data show, bens móveis entre outros, inclusive documentos elaborados pela Secretaria Geral e devidamente autorizado e assinado pelo Presidente do CES e Secretário Gilberto Figueiredo para atendimento das demandas e que não foi atendido pela unidade responsável. Dentre os documentos o de entrega de computadores foram autorizados pelo Secretário e entregue para a Secretária Ivone e não foi atendido (documentos escaneados e apresentados para o Pleno). Relata que as aquisições são realizadas pela SES e que o CES não foi contemplado embora tenha sido encaminhado a demanda com as informações referente a dotação orçamentaria conforme deve ser feito e após isso por não ter realizado a aquisição em reunião com o Secretário de Estado de Saúde o mesmo se comprometeu em atender as necessidades do Conselho, informa que todas as providencias foram todas e até o momento, foram entregues os móveis em parte tanto para a Ouvidoria e para a Secretaria Geral e em relação aos computadores foram entregues uma parte do que foi solicitado para a secretaria Geral e nenhum para a Ouvidoria e quando questionado pela secretaria geral sobre os computadores para a ouvidoria foi justificado na época que após a finalização de uma adequação de divisórias que estava sendo feito no setor os computadores seriam entregues, porém, após isso não houve a finalização de entrega desses equipamentos e que é um dos principais motivos pela denúncia da Ouvidora do CES ao Pleno. Finaliza dizendo que as medidas administrativas são adotadas, porém não se tem respostas. Relata que a Secretaria Geral vem funcionando com equipamentos do próprio trabalhador porque o setor não possui equipamentos

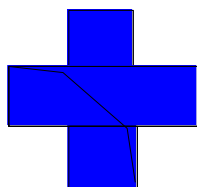


130 adequados e para a realização das reuniões online, e outras atividades do CES a Secretaria Geral
131 utiliza notebook, webcam, aparelhos de telefones fixos e outros comprados com recursos próprios
132 diante da negativa de atendimento pela SES e que não é um caso novo porque o CES precarizando-
133 se há muitos anos e a que a desde 2018, que se pode ser os observado alguns avanços, mas que
134 ainda falta muito. Que em 2018 foi efetivado novamente as assessorias do CES após árdua luta e
135 cobrança, e após na Gestão do presidente Gilberto algumas demandas foram atendidas, porém falta
136 muito para que se garanta de fato as ações dos Conselheiros. **Ouvidora Edna Marlene** diz que já
137 há uma ação civil publica, notificação do Tribunal de Justiça e diz que nada foi cumprido e que na
138 sua visão não será cumprido pela Gestão, diz que devem ser encaminhadas as demandas para os
139 órgãos competentes para que se faça cumprir, pois na sua visão é preterida em relação a Ouvidoria
140 Setorial do Governo, a exemplo de um recurso reprovado pelo Pleno do CES da Portaria nº1975 que
141 deveria ser prestado conta no CES, diz que está tentando trabalhar a implantação das Ouvidorias
142 através de levantamentos de equipe da ouvidoria ainda bem arcaica, simples que diz usar seus
143 próprios telefones, diz possuir o projeto de Qualiouvidoria para treinar os ouvidores que a todo
144 momento solicitam treinamento e apoio porque estão sendo obrigados a se transformar em
145 ouvidoria setorial porque não respeitam a legislação. Diz que a Ouvidoria Setorial deve ir somente
146 até as unidades desconcentradas porém está indo até os municípios e onde te Ouvidoria de CMS e
147 desestruturando o que vem impedindo que a ouvidoria do CES cumpra a meta do SISPACTO que
148 quando se pensa que está avançando depara com o retrocesso e sem recurso algum, reforça que que
149 inclusive o recurso da Portaria nº1975 deveria ser dividido para as duas ouvidorias e está sendo
150 executado apenas pela ouvidoria setorial, diz eu são papéis e atribuições diferentes e sugere que
151 uma Comissão, mesa diretora, NGER e Ouvidorias sentem para tentar alinhar esse fato e que deve
152 ter um cumprimento de sentença judicial por falta de descumprimento de toda essa ação civil
153 pública que está vigente e diz que a Ouvidoria do CES não tem mais condições de aguentar nem
154 condições de trabalho e irá fechar as portas. Diz que não se tem computadores, telefones e que a
155 Ouvidoria Setorial está estruturada e judicializando a saúde e que ela é de controle interno e que não
156 deveria estar judicializando. Reforça que o papel de controle externo é da Ouvidoria do CES que
157 tem papel de atender o cidadão e que está atualmente em desconformidade em tudo. Reafirme que

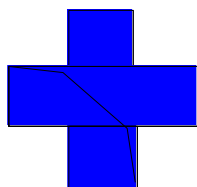


ou se tem uma reunião com a NGER, mesa diretora, infraestrutura com as ouvidorias para alinhar ou terá que remeter o relatório ao Ministério Público de tudo o que está acontecendo diz que inclusive a imprensa se for o caso porque o CES está sendo desrespeitado nas suas Resoluções porque tudo que aprova não se cumpre. Condução da Reunião transferida para Cons. Flavia Tereza.

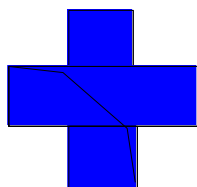
Concedida a fala para Cons. Leila Boabaid – A Conselheira diz estar estarecida com o relato sobre a situação do CES, diz que observa que parece ser intencional a desestruturação do controle social. Ressalta que, porém, como houve a fala da Secretaria Geral que relatou que o Secretário em algum momento se comprometeu a fazer a reestruturação do CES, diz ser favorável sempre ao diálogo. **Propõe fazer uma tentativa de diálogo com o Presidente e, posteriormente, caso não haja solução nem acordo se coloca a favor de que a Ouvidora Edna colocou de encaminhar para o Ministério Público para seja feito uma intervenção nessa situação de desestruturação do CES** onde está amparado suas ações na LC 22, diz que o funcionamento do Conselho é obrigatório sob pena de suspender as atividades. Diz que trata-se de um grande descaso com o CES como se as ações do Conselheiro não tivesse nenhuma importância no sistema único de saúde, lembra que já houveram muitos embates por conselheiros de saúde com avanços para o SUS e diz que não é possível que mediante ação civil publica, notificação de Ministério Público, Notificação do Tribunal de Justiça e o descaso permanece e que é um descumprimento de leis vigentes tanto Estadual quanto Federal que garante que o Conselho é parte da Gestão do SUS e diz que ou se tenta o diálogo primeiramente ou se vai para o enfrentamento porque não há mais o que ser feito e o que não pode ser admitido é a situação em está de se humilhar por condições de trabalho ou de chegar ao ponto de ouvidoria setorial ordenar ouvidoria do controle social. Diz que a responsabilidade sobre a reestruturação é de todos os Conselheiros e que gostaria muito de ter a participação de todos conforme o caso requer. Reforça que é um absurdo dificultar o funcionamento do Conselho e ainda mais onde se tem como Presidente o próprio Secretario de Estado de Saúde, diz que é criminoso isso e que o SUS não funciona sem controle social e que o Conselho não pode ficar encolhido porque é como concordar que Conselheiro e um zero a esquerda tem o mesmo valor na saúde e que isso é inadmissível. Concedida a fala para a Cons. Maria Luiza - cumprimenta a todos. Diz que quer manifestar que está sendo vivenciado no País uma mesma linha de pensamento



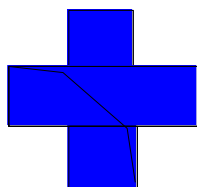
de desconstruir o controle social que cada vez tem se encolhido mais os conselhos sociais , cada vez tem se reduzido mais a conselhos de Governo e menos da Sociedade, a exemplo de Educação onde quem tem decidido sobre plano de Educação, são TE, PGE e até conselho executivo que criaram enquanto o Conselho Estadual de Educação e o Fórum de Educação que estão na Legislação são os que menos devem opinar e deliberar sobre a política educacional. Diz que é um movimento nacional e que Mato Grosso não é diferente. Diz que quando o Estado não investe no controle social nas ações da sociedade nas definições de políticas se sabe bem onde se quer chegar e qual o objetivo. Diz que em pleno período de crise sanitária vivenciado onde Mato Grosso está entre os últimos Estados em termo de vacinação, orientação da população em termo de segurança sanitária, onde não há uma politica unificada entre governo e município. Diz que diante do cenário o que resta é o posicionamento do CES passar a não aprovar mais nada do Governo porque somente assim eles não poderão seguir adiante. Diz que em termos de arrecadação Mato Grosso saiu com aumento de arrecadação e melhoria nos gastos, ou seja, está entre os melhores Estados em termo de arrecadação portanto não há justificativa para tantos descasos é um estado de cresce, economia forte porém quando se trata de políticas públicas é um dos mais fracos porque tem uma elite que se apoderou do Estado e delibera o que lhe cabe o que lhe interessa e no caso a população não interessa muito e quem precisa da Ouvidoria é a população a sociedade e não o grande empresário. Propõe que se tenha um prazo de até a próxima reunião ordinária com o Governo porque não na sua visão diferença entre o presidente do CES e Secretário de Saúde. **Portanto o encaminhamento é agendar reunião com o secretário de Estado de Saúde para tratar desse ponto e caso ele não apresente nada de concreto na próxima reunião se debate os encaminhamentos em relação a fazer um boicote as politicas de saúde, não aprovar mais nada enquanto o Governo não se posicionar e proporcionar estrutura para o Pleno funcionamento do Conselho Estadual de Saúde.** A conselheira também recomenda para área técnica que não usem seus equipamentos pessoais para executar trabalho do setor do Conselho. Diz que quando os servidores ingressaram na carreira não estava determinado que deveriam utilizar seus equipamentos para exercício de trabalho, diz que seria o mesmo que enquanto professora levasse os alunos para estudar em sua casa. Reforça que nenhum funcionário deve se dirigir para a secretaria de Estado de Saúde e utilizem



214 equipamentos pessoais para o trabalho que é de uma Gestão Pública diz que logo estarão
215 trabalhando voluntariamente e que isso é inaceitável e diz que o único trabalho voluntário que deve
216 haver é o de conselheiros não dos trabalhadores ou chegará um dia que a gestão irá dizer que o
217 servidor do CES não precisa de salário. Diz aos servidores que estão trabalhando com equipamentos
218 próprios que estão dizendo aos Gestores que não precisam de estrutura e que como conselheira de
219 Saúde não referenda essa atitude. **Concedida a fala para o Cons. Edvande França** - diz que
220 como membro da comissão de orçamento se coloca a disposição para dialogar com a Gestão sobre o
221 atendimento das demandas porque quando se avalia os relatórios de despesas se observa que não é
222 por falta de recurso financeiro. Diz que pensa que talvez se deva mudar a forma de diálogo com o
223 Governo de expor as necessidades, buscar estratégias para se chegar até o secretário de chamar sua
224 atenção para as necessidades do CES. Cons. Leila Boabaid pede questão de ordem na fala do Cons.
225 Edvande que a comissão pode até contribuir para solucionar o problema mas que o caso é sério e
226 que trata de reestruturação do CES onde todos os meios administrativos já foram tomados e que não
227 questão de recursos financeiros e nem ir de pires na mão porque existe trâmites e dois setores no
228 CES que devem ser atendidos e respeitados. **Cons. Edvande** afirma que quis dizer que já que não
229 esta conseguindo de maneira formal que seja procurado outro meio. Diz que também concorda com
230 a questão de reestruturar e que se coloca a disposição para o que for necessário. **Concedida a fala**
231 **para Cons. Tatiane SISMA** – diz que o SISMA esteve presente na visita técnica com a Cons.
232 Carmen e que foi confirmado toda a situação eu o SISMA já tinha conhecimento e diz que não nova
233 a situação de precarização do trabalho na saúde, o que se tem feito são maquiagens em alguns
234 lugares a exemplo da própria sede da SES que é somente a faixa e que internamente tudo é
235 precário. Diz que na pandemia todos os servidores tiveram que arcar com algum custo para
236 trabalhar. Sobre a demanda o SISMA após a visita técnica encaminhou o ofício 140 para o
237 secretário Gilberto Figueiredo solicitando providências, informando por meio de fotos a situação
238 em que se encontra a OUCES a instância onde deve ser utilizado para a sociedade se providenciar e
239 que se não for para o enfrentamento nada será resolvido. Diz que como encaminhamento diz que se
240 deve fazer Resolução com um cronograma para resolver essas questões e proteger os trabalhadores
241 que se encontram na Ouvidoria e diz que na ouvidoria há dois diretores do SISMA que é a Ouvidora



242 Edna e o Servidor Marcio Rios que seja encaminhado uma Resolução para protege-los. Diz que o
243 secretario manda todos voltar ao trabalho sem dar nenhuma condição e ficam todos aglomerados
244 sem segurança nenhum. Diz que se não tem o mínimo de estrutura para o retorno que o seja
245 estabelecido sistema hibrido. **Proposta Resolução com cronograma para solução do problema e**
246 **que se estabeleça sistema hibrido de trabalho para os servidores da Ouvidoria e Secretaria**
247 **Geral do CES até que seja estabelecido condições de trabalho no setor.** Sem mais inscitos para
248 discussão encaminha-se para a votação das propostas. **Cons. Leila Boabaid - agendar com o**
249 **Presidente para tratar do descumprimento do parágrafo terceiro artigo 19 da LC22,**
250 **conforme documentos apresentados sob pena de encaminhar o processo ao Ministério Público**
251 **e de suspender a atuação do CES. Com presença na reunião do Ministério Público, mesa**
252 **diretora e Comissão de RH e Saúde do Trabalhador. Justifica que precisa ser dialogado com o**
253 **Presidente que é duplamente responsável pela Gestão tanto como Secretario quanto**
254 **Presidente do CES.** Cons. Leila Boabaid esclarece que deve ser primeiro tentado o diálogo e não
255 aprovar ainda Resolução. Proposta para votação: aprovada **agendar com o Presidente para tratar**
256 **do descumprimento do paragrafo terceiro artigo 19 da LC22, conforme documentos**
257 **apresentados sob pena de encaminhar o processo ao Ministério Público e de suspender a**
258 **atuação do CES. Pautando na reunião a discussão sobre a elaboração de Resolução referente**
259 **a um sistema hibrido de trabalho para os servidores do CESMT, Reunião a ser realizada com**
260 **Secretário de Estado de Saúde, mesa diretora, Comissão de RH e saúde o trabalhador do**
261 **CES, Secretaria Geral-CES, Ouvidoria Geral-CESMT e Ministério Público. Proposta**
262 **aprovada por unanimidade.** Data a ser verificada e informada posteriormente aos envolvidos.
263 Informes: Cons. Carlos Bazan diz que irá encaminhar para todos documentos sobre trabalho do
264 COE, Secretária Geral solicita que encaminhem os nomes para os cursos que tiverem interesse.
265 Cons Maria Luiza – informa que a Educação vive uma situação dramática onde está sendo exigido a
266 presença de todos os profissionais da Educação em tempo integral juntos, aglomerados apesar de
267 estar em situação critica o Governo está exigindo isso dos profissionais e que já houve situação de
268 escola que já precisou parar por causa de infecção de COVID e mesmo assim há essa exigência para
269 os trabalhadores da educação e nenhuma manifestação da saúde sobre isso. Cons. Roberto CRMV



270 – Diz que seu informe é sobre a vacina n Estado de Mato Grosso e que há um plano de imunização
271 que deve ser seguido em relação a vacinação dos profissionais médicos veterinária onde foram
272 excluídos dos grupos prioritários; Cons Leila Boabaid – diz que observa que o conselho não esta
273 conseguindo acompanhar as resoluções ad referendo da CIB que estão sendo editadas com os
274 quantitativos de doses e que em muitos municípios não está sendo respeitado o nacional e que isso
275 se prende ao fato do encolhimento em que se encontra o CES atualmente e que precisa desabrochar.
276 Sem mais a ser deliberada a reunião é encerrada. **A Reunião Ordinária foi presidida pelo Vice-**
277 **presidente Alexandre Henrique e posteriormente pela Cons. Flávia Tereza, Assessorados pela**
278 **Secretária Geral Lúcia Almeida e assessora jurídica Ingrid Paesi. Estiveram presentes os**
279 **Conselheiros(as) abaixo:**

280 **Ana Atala – Executivo; Danielle Pedroso Dias Carmona Bertucini – SES/MT; Valmi Simião**
281 **de Lima – SEMA; Cleide Maria Anzil – COSEMS; Cássia Maria Carraco Palos – UFMT;**
282 **Daniella da Costa Amaral – Filantrópicas; Carmen Silvia Campos Machado – SISMA;**
283 **Roberto Renato Pinheiro da Silva – CRMV/MT; Alexandre Henrique Magalhães - CRF/MT;**
284 **Flávia Tereza Nascimento – CRESS/MT; Ligia Cristiane Arfeli – COREN; Francisco das**
285 **Chagas da Silva Rodrigues – FEMAB; Maria Elizabete da Silva – Associação Deficientes;**
286 **Antonio Lemos Correa – Patologias Espinha Bífida; Odenil Rodrigues Jarcem –**
287 **Aposentados/MT; Guilherme da Silva Queiroz – Aposentados/MT; José Carlos Bazan – Mov.**
288 **Ambientalista e Ecológico; Francisca Cortuna de Almeida – SINDIMINERIO; Leila Maria**
289 **Boabaid Levi – NEOM; Tânia Cristina Crivelin Jorra – SINTEP; Maria Luiza Bartmeyer**
290 **Zanirato – SINTEP e Edevande Pinto de França – Movimento de Raça.**

